

35º Encontro Anual da ANPOCS

GT 27

Pensamento social no Brasil

**“Nação e Revolução:
A Teoria da Revolução em Caio
Prado Jr. e José Carlos
Mariátegui”**

André Kaysel

“Todo Partido Comunista foi filho do casamento, realizado tanto por amor quanto por conveniência, entre dois parceiros mal ajustados: uma esquerda nacional e a Revolução de Outubro” (Hobsbawn, 2003, p. 15)

Essa sugestiva formulação do historiador inglês Eric J. Hobsbawn sintetiza, com maestria, o dilema daqueles que, ao longo do século XX, militaram nas fileiras do movimento comunista: isto é, a necessidade de enraizar em seus próprios contextos uma cultura política originada em outro, por vezes, muito distante. A tarefa era ainda agravada pelo fato de o marxismo postular, como um de seus elementos fundamentais, o vínculo inextrincável entre o conhecimento da realidade social e a ação política.

Partindo desta problemática, meu objetivo neste trabalho é o de analisar, em perspectiva comparada, o modo pelo qual dois intelectuais comunistas latino-americanos, o historiador brasileiro Caio Prado Jr. e o jornalista e militante peruano José Carlos Mariátegui, procuraram responder a tais questões. Para tanto, abordarei como cada um pensou a teoria da revolução, entendida aqui, tanto como programa político propriamente dito, quanto como diagnóstico de quais atores sociais seriam os portadores das transformações almejadas. Parto da hipótese de que, nas reflexões de ambos sobre o tema, a questão nacional – entendida como formação inconclusa da nação diante da persistência de estruturas legadas pelo passado colonial – ocupa um lugar central, não apenas como ponto de partida para pensar as formações sociais respectivas, mas como eixo de um programa revolucionário (Ricupero, 2000, pp. 62-92), (Novais, 1983, p. 25) e (Coutinho, 1989, pp. 116-132).

Tal entrelaçamento entre o marxismo e a questão nacional teria levado os dois autores a uma relação tensa, por vezes conflituosa, com a ortodoxia comunista, a qual privilegiaria a fidelidade ao modelo bolchevique. Por outro lado, ao se manterem no interior dessa cultura política, o brasileiro e o peruano teriam entrado em choque com outros atores que disputaram com os comunistas, em geral com sucesso, a liderança das massas trabalhadoras na América Latina: os movimentos nacional-populares, em geral conhecidos como populistas.¹ Nas páginas que seguem, farei uma discussão do problema da revolução nas obras de Caio Prado e Mariátegui, respectivamente, procurando discuti-las a partir dos embates político-intelectuais nos quais foram

¹ Optei pela expressão “nacional-popular” por considerá-la menos carregada de um conteúdo pejorativo do que o termo populismo. Adoto este último termo, entretanto, quando foi o vocábulo empregado por um autor citado.

formuladas. Por fim, concluirei, abordando as aproximações e as diferenças entre as contribuições dos dois autores, além de procurar avaliar seus alcances e limitações.

O trabalho no qual Caio Prado mais se dedicou ao tema da revolução foi, sem dúvida, *A Revolução Brasileira*, de 1966. Nesta obra - escrita na esteira dos acontecimentos de 1964 e que constitui o acerto de contas sistemático do autor com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) - Caio Prado começa, justamente, por uma discussão teórica sobre o conceito de revolução. A revolução é definida como o processo histórico pelo qual as estruturas econômicas, sociais e políticas de uma dada sociedade são radicalmente transformadas em um período relativamente curto de tempo (Prado Jr., 1966, pp. 1-2).

As formas políticas específicas, ou melhor, os acontecimentos particulares pelos quais esse processo se desenrola seriam, nessa perspectiva, de menor importância, cabendo a primazia às transformações estruturais acima referidas. Na concepção do autor, tais fenômenos isolados não têm, por si só, sentido, adquirindo-o na medida em que se inserem em relações determinadas que confeririam inteligibilidade aos fatos sociais e históricos. Seria preciso, portanto, distinguir entre “revolução”, de um lado, e “insurreição”, de outro.

Para Prado Jr., a teoria da revolução – isto é, aquela interessada em orientar a prática política dos revolucionários – deveria buscar no processo histórico o potencial de transformação contido em suas contradições inerentes. Daí que os conceitos de tal teoria deveriam ser formulados com base em um conhecimento cientificamente rigoroso da realidade social. Esse método seria a grande diferença que separaria o socialismo científico de Marx e Engels daquele dos socialistas utópicos. A previsão histórica do socialismo não era uma manifestação arbitrária da vontade, nem resultaria de planos pensados a priori, mas seria um desenlace das próprias contradições inerentes ao sistema capitalista, desvendadas pelos dois pensadores alemães. Daí que o conhecimento do funcionamento do capitalismo levou Marx a conceber o socialismo como uma projeção futura daquela forma social (*Idem*, pp. 6-7).²

Voltando-se para o Brasil, Caio Prado afirmava que a sociedade brasileira vivia um daqueles momentos históricos em que a crise geral das estruturas econômicas, sociais e políticas vigentes se tornava patente, refletindo-se num mal-estar generalizado no conjunto da população. Embora essas crises sejam parte de um processo

² É interessante notar que, em *a Revolução Brasileira*, Caio Prado faz algumas menções a Marx, o que é muito raro em sua obra. Trata-se, claramente, de parte de sua estratégia de polêmica, já que a autoridade do autor de *O Capital* era fundamental para o público com o qual o autor pretende dialogar.

revolucionário no longo prazo, não levam automaticamente à revolução. Para a superação da ordem vigente seria indispensável a ação política de um sujeito social e político revolucionário, orientado por uma teoria adequada da realidade (*Idem*, pp. 3-5).

Os problemas começariam justamente aí, na inadequação da teoria da revolução brasileira à realidade nacional. Os teóricos da revolução brasileira, ao invés de partirem do entendimento da realidade para a elaboração dos conceitos, procurariam encaixar a formação histórico-social concreta em esquemas conceituais pré-concebidos, decalcados dos textos clássicos do marxismo, pensados para realidades completamente diferentes. Um tal procedimento, embora nominalmente inspirado em Marx, contrariaria frontalmente seu método, como acima exposto. Essa confusão se expressaria no debate em torno da própria caracterização da revolução, cujos termos estariam equivocados. A grande polêmica girava em torno de saber se a revolução seria “democrático-burguesa” ou “socialista”. Discutia-se, assim, um “rótulo” apriorístico, quando o que se deveria fazer era perguntar pelas tarefas históricas concretas dessa revolução.

A concepção da revolução proposta pelo historiador paulista, e a maneira de enquadrar os dilemas da teorização revolucionária no Brasil, mereceram uma crítica contundente do dirigente comunista Marco Antônio Coelho, escrevendo sob o pseudônimo de Assis Tavares. Embora reconhecesse o mérito de Caio Prado, ao ter iniciado um debate necessário, afirma que este não emprega, em sua crítica da teoria da Revolução Brasileira, o método marxista. Isso seria evidenciado pelo fato de Prado Jr. partir, não de um exame das condições políticas concretas, mas sim de categorias abstratas (Tavares, 1967, p. 50). Embora essa afirmação me pareça exagerada – pois a crítica a partir do plano teórico-conceitual não é incompatível com a análise marxista – creio que o autor tem um ponto importante: Caio Prado não leva em consideração de modo adequado, ao criticar a linha política de seu partido, a separação entre o nível da elaboração teórica mais ampla e o da análise de conjunturas políticas. Um bom exemplo disso, é a crítica caio-pradiana da aliança do PCB com o governo JK e com o populismo, de modo mais geral. Embora Tavares reconheça os aspectos entreguistas que Caio Prado aponta na política econômica de Juscelino, critica o historiador por não levar em conta as condições políticas nas quais os comunistas operavam – clandestinidade – e os avanços democráticos representados pelo período de JK (*Idem*, pp. 51-54).³

³ É bom lembrar que Marco Antônio Coelho foi um dos precursores, no PCB, da valorização da democracia política. Diante disso, pode-se dizer em favor de Caio Prado que, se de fato ele deu pouco valor à democracia, isso era um traço mais geral da cultura política dos comunistas de então.

Outra crítica feita por Tavares é a respeito da recusa de Caio Prado em caracterizar a Revolução Brasileira como “socialista” ou “democrático-burguesa”. Para ele, embora estivesse correto ao recusar o esquematismo, o historiador erraria ao negar a necessidade de definir o caráter da revolução, pois tal definição seria fundamental para apontar a adequada estratégia a ser seguida (*Idem*, p. 55).

Embora partindo do ângulo político oposto, a crítica do filósofo trotskista Ruy Fausto também recairá sobre o enquadramento conceitual de *A Revolução Brasileira*. Para o filósofo, a separação que Caio Prado propunha entre a ação política imediata e sua finalidade última (o socialismo) acabava por distanciar o marxismo da prática concreta (Fausto, 1967, p. 9). Assim, embora tivessem um instrumental teórico que apontava a necessidade histórica do socialismo, isso de nada serviria aos marxistas, já que esse objetivo final não teria qualquer importância para a prática imediata (*Idem*, p. 10). Essa separação também implicava em minimizar a importância da consciência política dos revolucionários, uma vez que o objetivo histórico do socialismo independia desta. Em suma, a ênfase do historiador paulista nos objetivos imediatos da luta política, em detrimento de seus fins últimos, o aproximaria do teórico do revisionismo social-democrata Eduard Bernstein, para quem “o movimento é tudo e o fim nada” (*Idem*, p. 11). Ao apontar esses pressupostos teóricos na obra de Caio Prado, Fausto pretendia demonstrar a descontinuidade existente entre as teses econômicas e sociológicas da obra e suas conclusões políticas. Embora o autor tenha razão ao sugerir que Prado Jr. minimiza o papel dos fins últimos na orientação da prática política, se verá que isso tem um motivo que vai além de sua concepção do marxismo.

Retornando à argumentação do historiador paulista, para empreender sua crítica da teoria oficial da revolução brasileira, Caio Prado retoma seus conceitos-chave e seus esquemas básicos. Para tanto, suas fontes são os documentos da Internacional Comunista (IC), nos anos 20 e 30, e do PCB, nos anos 50 e 60.⁴ O historiador data a origem da teorização em questão do VI o. Congresso da IC, no qual se chegou à uma formulação sobre as realidades do capitalismo periférico, então denominadas como “países coloniais, semi-coloniais e dependentes” (*Idem*, p. 47). Nesse rótulo geral estavam abrangidos desde as colônias e semi-colônias da Ásia e da África, até os países da América Latina. Dentro dessa grande diversidade de situações, o modelo tomado

⁴ Caio Prado aborda os seguintes documentos do PCB: Resolução do IVo. Congresso (1954) e Resolução da Convenção do partido (1960), cf. pp. 79-83. Discute, ainda, dois informes de Luis Carlos Prestes (1949 e 1954), ao Comitê Central e ao IVo. Congresso, respectivamente, e, por fim, as “Teses Preparatórias para o VIo. Congresso” (1964), cf. (Prado Jr., 1967, pp. 98-100).

pela IC foi o do primeiro bloco, em especial do caso chinês, por ser então o mais promissor para a revolução.

As formações sociais dos “países Coloniais, semi-coloniais e dependentes” eram caracterizadas como sendo feudais ou semi-feudais, com um capitalismo ainda embrionário. Além disso, a outra característica fundamental dessas realidades seria sua submissão ao imperialismo, em estreita relação com a estrutura feudal. Daí a tarefa revolucionária dos comunistas nessas sociedades não ser o socialismo – tido como inviável nessas condições – mas sim a de impulsionar a revolução “democrático-burguesa” e “anti-imperialista”, em aliança com os setores burgueses nacionalistas. A idéia de uma revolução democrático-burguesa, centrada na resolução da questão agrária – isto é, na libertação do campesinato do jugo feudal – foi retirada dos textos clássicos de Marx, Engels e, em especial, de Lênin, à respeito da Revolução Russa. Acrescentou-se o problema do imperialismo, a partir da experiência da Revolução Chinesa, na qual o problema agrário se entrelaçava ao da libertação nacional (*Idem*, pp. 45-47).

Esse modelo foi aplicado à América Latina fielmente pelo Bureau Sul-americano da Internacional Comunista (BSAIC). Não se fez, nessa transposição, nenhuma diferenciação entre as diversas realidades latino-americanas, com especial prejuízo para o Brasil, cuja estrutura econômico-social diferiria muito daqueles países hispano-americanos com um forte componente indígena. Essa teorização – formulada no decorrer dos anos 20 e 30 – foi reiterada pelos dirigentes do Partido Comunista durante os anos 50 e 60 na elaboração da linha política da organização. Do desencontro verificado entre teoria e realidade, resultou o desencontro entre esta e a política partidária, a qual teria tido, desse modo, sua viabilidade prejudicada.

Aqui, Assis Tavares, embora admita que houvesse, de fato, excessivo esquematismo e carência de análises concretas da realidade brasileira em muitas das formulações consagradas, afirma que Caio Prado cometeu “um erro imperdoável” ao desconsiderar inteiramente o trabalho de elaboração de gerações de revolucionários (Tavares, 1967, p. 49). Como se verá adiante, o dirigente comunista procurará defender algumas das bases fundamentais da teorização de seu partido.

Já Fausto, reconhece, como seria de se esperar, a importância da crítica caio-pradiana dos esquemas e teses comunistas a respeito do caráter da Revolução, em especial no que tange às críticas endereçadas pelo historiador às noções de feudalismo e burguesia nacional. Contudo, sustenta que o divórcio entre essas análises e a política enfraquece seu alcance (Fausto, 1967, p. 13).

Exposta a crítica de Caio Prado à importação mecânica de modelos estrangeiros por parte do PCB, é o caso de discutir o programa revolucionário por ele defendido. Aqui é importante retomar o conceito-chave com o qual o historiador abre sua principal obra historiográfica: o de “sentido da história” (Prado Jr., 1957, p. 13). O autor via o sentido da história brasileira - desde a crise do regime colonial até sua época – como sendo dado pela transição do estatuto colonial para a nação. Isto é, de uma simples empresa fornecedora de gêneros tropicais para os mercados metropolitanos – integrada por dirigentes da produção, de um lado, e força de trabalho dependente, de outro – para uma sociedade nacional, cuja população partilha, como um todo, dos padrões materiais e culturais da modernidade e cujos dinamismos são ditados “de dentro”. O presente é pois caracterizado como um elo desse processo em que se agudizam e acumulam as contradições entre um passado, em crise mas ainda vivo, e o futuro, já próximo mas ainda por construir (*Idem*, 1966, pp. 123-125).

Caio Prado já havia tentado, desde os anos 40, extrair conseqüências políticas de suas pesquisas históricas. Em um texto escrito para discussão partidária em 1947, por exemplo, embora partindo dos clássicos de Marx, Engels e Lênin – Caio Prado já defendia uma estratégia revolucionária calcada na compreensão da realidade brasileira e das tarefas históricas por ela demandada (*Idem*, 2007, p. 139). Para o historiador marxista a transformação da economia brasileira deveria partir da organização e estímulo ao mercado interno e da reorientação da produção em função da demanda interna (*Idem*, 1954, pp. 203-204). Seria, pois, necessário concatenar e articular produção e consumo, tanto potencial como efetivo, por meio do planejamento. Assim, o planejamento econômico deveria procurar reorganizar e combinar as diversas atividades produtivas do país, tendo-se em vista a construção de uma economia genuinamente nacional.

Prado Jr. identifica dois obstáculos básicos ao processo de mudança: o capital financeiro internacional, e suas diversas ramificações na economia brasileira, e a concentração fundiária (*Idem*, pp. 230-234). Dessa maneira, a revolução brasileira teria como tarefas históricas, de um lado, a libertação econômica da nação em relação ao imperialismo e, de outro, a reforma agrária, sendo ambas as dimensões intimamente solidárias. Tanto em *Fundamentos...*, quanto na monografia de 1954, Caio Prado sustenta que a revolução brasileira não implica, num primeiro momento uma socialização das forças produtivas, cabendo, ainda, um papel positivo à iniciativa privada, desde que sob o controle do planejamento estatal. O autor, sustenta que a ação

planificadora do Estado, ao promover as reformas que completam a construção da nação: “prepara o caminho da construção do socialismo brasileiro” (*Idem*, 2007, p. 141).

Nota-se na passagem citada, em embrião, a concepção de revolução como longo processo de reformas graduais como via ao socialismo adequada às condições do país, assunto ao qual retornarei a seguir.

Ao observar o conjunto das relações sociais de produção que caracterizam a economia brasileira, o historiador encontra nas relações de trabalho no campo o lugar em que o passado se encontra mais forte e no qual, portanto, se intensificam as tensões e, por conseguinte as potencialidades, de transformação. Os trabalhadores rurais – na década de 50, ainda metade da população, – eram a classe mais intensamente explorada, pois ainda não se havia completado a transição para o trabalho livre. A exclusão dessa classe social dos padrões de vida moderno, por outro lado, também reforçaria a economia colonial. Não haveria, destarte, uma nação integrada com uma parte tão significativa da população com tão ínfimos padrões materiais e morais (Prado Jr., 2000, p. 15). Elevar esses padrões seria um elemento fundamental do programa da revolução brasileira, sendo o meio para tanto a extensão de uma legislação social e trabalhista adequada ao meio rural (*Idem*, 1966, pp. 215-218).

A inclusão dessa massa rural na vida do país se apresentava sob um duplo aspecto: de um lado, político e social – constituição de um ator político e reconhecimento de direitos de cidadania – e, por outro, econômico, acesso a níveis de consumo compatíveis com a vida moderna. Esse último aspecto seria decisivo, pois levaria à consolidação de um mercado interno que – ao englobar o conjunto da população – se tornaria o centro dinâmico de nossa vida econômica. Partindo desse diagnóstico, Caio Prado considera o atendimento das necessidades básicas da população e a elevação de seus padrões de vida, um ponto-chave da revolução brasileira. Afinal, para esse fim, seria necessário reorientar o aparelho produtivo, do atendimento da demanda externa para a interna. Este papel não estaria sendo cumprido pelo modelo de industrialização substitutiva de importações, que se vinha realizando. Afinal, essa indústria era impulsionada pela demanda de consumo conspícuo das classes superiores, antes atendido pelas exportações, o que seria evidenciado pelo setor mais dinâmico do novo parque industrial, o automobilístico (*Idem*, pp. 256-257).

Retomando a resenha crítica de Assis Tavares, o autor aponta a inexistência, no livro de Caio Prado Jr., de uma discussão dos diferentes tipos de renda da terra – pré-

capitalista e capitalista – proposta por Alberto Passos Guimarães (Tavares, 1967, p. 57). Partindo deste último, Tavares critica a caracterização, feita por Caio Prado, da parceria e do colonato como sendo formas de assalariamento disfarçadas. Defende, dessa maneira, a conhecida formulação segundo a qual essas relações de produção seriam servis (*Idem*, p. 58).⁵ Assim, retomando as teses sobre o caráter semi-feudal da agricultura brasileira, o dirigente do PCB aponta a subestimação, por parte do historiador paulista, da importância da luta pela terra. Além disso, sustenta que o programa defendido por Prado Jr. seria vago e aquém daquele que procurava criticar (*Idem*, p. 59).

Curioso notar que, embora com sinais políticos opostos, as críticas de Tavares e Fausto coincidem ao sublinhar a desvalorização, por parte de Caio Prado, do problema da luta pela terra. O último, embora endossando a rejeição do historiador ao conceito de feudalismo e sua caracterização da agricultura brasileira como sendo capitalista, adverte que Caio desvaloriza os elementos arcaicos que se articulam aos modernos (Fausto, 1967, pp. 15-16). Ou seja, embora concentrada em regiões economicamente periféricas a luta dos camponeses pela terra não é, por isso, politicamente secundária. Pelo contrário, recuperando a atuação das Ligas Camponesas, o crítico trotskista procura mostrar que as tensões advindas da periferia do sistema podem, justamente, ganhar um peso central (*Idem*, pp. 18-19). Em suma, a super-valorização do papel dos assalariados agrícolas e a correlata sub-valorização da luta pela terra viriam do economicismo do autor, o qual subordinaria o momento político ao econômico (tema ao qual voltarei no final deste artigo).

Apresentado o programa da revolução – centrado na incorporação da massa popular ao mercado interno e na ruptura dos laços de dependência com o mercado mundial – fica a questão de quais os atores políticos e sociais que levariam esse projeto a cabo.

É bastante conhecida a polêmica entre o historiador paulista e o PCB em torno da burguesia nacional.⁶ Embora Caio Prado recusasse a divisão da burguesia brasileira

⁵ Embora esteja de acordo em que Caio Prado exagere ao associar certas formas não-monetárias de relações de trabalho ao assalariamento, não creio que esse equívoco se deva ao fato de o historiador considerar a economia brasileira como sendo capitalista desde seu início. Na verdade, o autor afirma explicitamente que o país só se torna capitalista com o fim do trabalho escravo (Prado Jr., 2002, p. 175). Para um aprofundamento dessa discussão, cf. (Kaysel, 2010, pp. 120-127).

⁶ Na realidade, o ceticismo com que Caio Prado veria o papel histórico da burguesia brasileira é mais ambíguo do que costumam enfatizar seus comentadores, havendo momentos em que o historiador parece se aproximar da aposta do PCB em uma burguesia nacional (Prado Jr., 1954, p. 240). Não tenho condições de discutir esse assunto nos limites deste estudo, mas já o fiz em trabalho anterior. Cf. (Kaysel, 2011, pp. 155-164).

em um “setor nacionalista” e outro “entreguista”, haveria, sim, um divisor de águas no interior da classe burguesa, o qual dizia respeito às relações com o Estado (Prado Jr., 1966, pp. 191-192). Desde a colônia, a monarquia portuguesa funcionava como feixe que unia o interesse do Estado a uma série de negócios e interesses privados. Essa indistinção entre público e privado não foi rompida com a Independência ou a República.

Com a modernização do país e a diversificação das funções do Estado – institutos de previdência, empresas públicas, bancos de fomento e órgãos reguladores – os laços que uniam os aparelhos estatais e setores empresariais que os utilizavam para obter negócios privados se ampliaram e se estreitaram. Assim, se forma um setor burguês cujos lucros dependem intimamente de seus vínculos privilegiados com parcelas do poder público, o que Caio denomina como “capital burocrático” (*Idem*, pp. 193-195). O outro ramo, que não possui tais ligações privilegiadas e, portanto, só defende a intervenção do Estado para beneficiar o capital em geral, é denominado de “burguesia ortodoxa”. Desse modo, surgiria uma contradição - não irreconciliável, mas por vezes aguda – entre um setor que defenderia o aumento da atuação econômica do Estado e outro, que preconizaria políticas mais ortodoxas. Essas duas frações, identificadas pelo autor com os blocos políticos do PSD-PTB, por um lado, e da UDN, por outro, teriam polarizado o conflito político no período entre o segundo governo Vargas e o golpe de 64.⁷

Enquanto a contradição de interesses entre a burguesia ortodoxa e os trabalhadores é evidente, o capital burocrático, por sua localização no aparato estatal, tem condições de apresentar seus interesses como os interesses nacionais. Além disso, utiliza suas posições para negociar acordos políticos pontuais com o movimento operário e com a esquerda e construir alianças de classe (Prado Jr., 1966, pp. 198-199). Foi a leitura distorcida da teoria da revolução brasileira que levou a esquerda a ver no capital burocrático a burguesia nacional, levando à “alianças espúrias” que facilitaram o golpe de abril. Afinal, com a consciência crescente da população – mesmo que confusa – à respeito dos efeitos deletérios do uso do Estado para fins privados, o espaço para pregações moralistas da burguesia ortodoxa se ampliou. Dessa maneira, a aliança da esquerda com o capital burocrático confundiu as massas, diminuindo sua capacidade

⁷ O historiador paulista via de modo bastante negativo o sistema partidário brasileiro. Em sua opinião o sistema político nacional não se organizava de forma a dar expressão ideológica às contradições materiais da formação social brasileira, obscurecendo-as. Cf. (*Idem*, 2007, pp. 209-218). Para uma análise deste e outros artigos de conjuntura política do autor, cf. (Santos, 2007, pp. 193-334).

mobilizadora. A passividade popular resultante teria colaborado tacitamente para o golpe da reação.

Por seu turno, Tavares aponta a imprecisão da categoria de “capitalismo burocrático. Ironiza, inclusive, o fato de o historiador – o qual era avesso à analogias entre a Revolução Brasileira e a Chinesa – ter empregado uma categoria originada, justamente, pelos teóricos do *Kuomintang* (Tavares, 1967, p. 71) Para o dirigente comunista, ao empregar essa categoria Caio Prado se referia ao fenômeno do “capitalismo de Estado”. Todavia, não só o capitalismo de Estado não seria um fenômeno particular da sociedade brasileira, como não teria nesta, ao contrário do que supunha o historiador, características nocivas. Em que pese eventuais desmandos ou distorções, a intervenção do Estado na economia teria um papel importante no desenvolvimento nacional e na luta contra o imperialismo (*Idem*, pp. 72-73).

O outro crítico que estou examinando não nega a utilidade da divisão entre uma burguesia “ortodoxa” e outra “burocrática”. Contudo, Fausto sustenta que Caio Prado procura, equivocadamente, substituir a polarização entre um setor burguês pró e outro anti-imperialista por uma polarização entre uma burguesia tradicional e aquela ligada ao Estado. Para ele, embora existam tensões importantes entre os grupos burgueses, estas não tem o alcance político que nelas se procura (Fausto, 1967, p. 20).

Se o emprego do termo “capitalismo burocrático” é inadequado, o historiador paulista tem o mérito de ter apontado um fenômeno importante da formação social brasileira e, até então, pouco estudado pelos marxistas: as formas de apropriação privatista do aparelho de Estado por parte de grupos da burguesia brasileira. O uso da categoria de “capitalismo Burocrático”, de certa forma, antecede os trabalhos que, durante os anos 70 e na esteira do regime militar, re-valorizarão o papel do Estado (Brandão, 1997, p. 220).

É o caso agora de discutir quais atores que Caio Prado via como portadores do programa revolucionário por ele defendido. Como se viu anteriormente, o autor considerava o campo o ponto nevrálgico para a superação das relações legadas da colônia. Assim, os trabalhadores rurais teriam um papel de protagonistas no processo revolucionário (Prado Jr., 1966, pp. 275-277). Sendo sua principal demanda a extensão da legislação trabalhista e a melhoria nas condições de vida e de trabalho, seria tarefa primordial ampliar e fortalecer a organização sindical e da consciência de classe no seio da população rural, processo que ainda era embrionário.

Embora, entre o final da década de 50 e início da seguinte, os trabalhadores rurais tenham rompido com o padrão secular de conformismo que os caracterizava – como demonstram as lutas sindicais na “zona da mata” pernambucana – ainda havia muitos entraves a sua ação política. O principal desses obstáculos era o isolamento em que vivia boa parte dessa população, no interior das grandes propriedades, sem os espaços públicos de convívio e meios de comunicação modernos, que caracterizavam a cidade, e sob a autoridade dos proprietários (*Idem*, pp. 277-278).

Para superar as insuficiências organizativas e de conscientização da massa rural, seria fundamental sua aliança com o operariado urbano. O trabalhador urbano, com sua maior experiência sindical e política, funcionaria como vanguarda que orientaria e auxiliaria os trabalhadores do campo. Esse bloco dos trabalhadores do campo e da cidade, o qual constituiria o sujeito da revolução brasileira, deveria assentar-se sobre os interesses convergentes de ambas as categorias. Como a escassez de trabalho, os baixos salários e níveis de vida, condicionados pelo sistema da grande exploração, levavam à uma grande migração de mão de obra para as cidades, a qual vendia sua força de trabalho por preços ínfimos, rebaixando o nível dos salários urbanos, seria, destarte, do interesse do proletariado industrial que os trabalhadores rurais obtivessem melhores condições de remuneração e de vida (*Idem*, pp. 279-280).

Havia, contudo, alguns obstáculos à percepção desse interesse comum, por parte da classe trabalhadora. Essa dificuldade advinha da peculiaridade da condição operária no Brasil. Se na Europa, durante a Revolução Industrial, tornar-se operário representou um descenso social em relação à condição de pequeno camponês ou artesão, no Brasil, representara objetivamente, e assim era percebida, uma ascensão social, em comparação à condição de trabalhador do campo. Assim, muitos operários desejavam afastar-se o máximo possível de suas origens rurais (*Idem*, pp. 282-283). Todavia, a aliança deles com a massa rural seria a única possibilidade de eliminar a pressão sobre seus salários.

Desse modo, o autor propunha, como alternativa à estratégia de aliança com a burguesia nacional, até então praticada pelos comunistas, uma estratégia baseada na independência política da classe trabalhadora e na luta de longo prazo por reformas que concretizassem as tarefas históricas da revolução brasileira (Secco, 2008, p. 115). Aqui, pode-se reencontrar aquela concepção processual e reformista da revolução, aparecida pela primeira vez na experiência da ANL, reiterada em *Fundamentos...* e desenvolvida

de modo cabal em 1966.⁸ Trata-se, portanto, de uma leitura à qual o autor se manteve fiel ao longo de sua vida. Esse traço característico de seu pensamento político o insere claramente na cultura política do PCB e o afasta dos novos grupos de esquerda que, após 1964, irão – inspirados na Revolução Cubana – defender o emprego da luta armada.⁹

É ilustrativa, a esse respeito, a crítica com a qual Ruy Fausto encerrou sua resenha. Citando Régis Debray – então um dos principais teóricos da luta armada na América Latina – o filósofo rejeita a separação caio-pradiana, já mencionada, entre “revolução” e “insurreição”. Para ele, seria preciso aproximar esses dois momentos, sendo a separação proposta pelo historiador mais uma reiteração de seu reformismo (Fausto, 1967, p. 22).

Outro elemento que insere a reflexão de Caio Prado na órbita do PCB é o fato de que, como se mencionou acima, o historiador paulista não defendia uma eliminação imediata da iniciativa privada. Pelo contrário, ele julgava que o Brasil não reunia condições para uma socialização dos meios de produção. Se controlada, cerceada, dirigida e impulsionada pelo Estado, a iniciativa privada poderia ter um papel positivo em nosso desenvolvimento (Prado Jr., 1966, p. 265-266)

O socialismo seria, segundo o historiador marxista, o resultado para o qual tenderia a crise do capitalismo mundial, mas isso não o colocaria na ordem do dia em qualquer processo político concreto. Além disso, se, como ficou dito acima, a ênfase do autor recai sobre o processo de mudança, seu fim torna-se uma questão secundária. Aqui Caio Prado emprega justamente o exemplo da Revolução Cubana que, partindo de reivindicações puramente democráticas, passou à luta pela reforma agrária, ao anti-imperialismo e desembocou, pelas injunções da conjuntura política, no socialismo (*Idem*, pp. 17-19).

Interessante notar que, embora apresentando a discordância quanto ao raciocínio empregado, Assis Tavares convergiria com a conclusão de Caio Prado: a distância entre o socialismo e o atual estágio de desenvolvimento das contradições da realidade brasileira. Desse modo, em que pesem as discordâncias que organizam e justificam o livro, o historiador paulista não chegou a transcender, de modo consciente, a tradição

⁸ Para a interpretação do historiador a respeito do programa da Aliança Nacional Libertadora (ANL), agremiação da qual foi vice-presidente em São Paulo, cf. (Prado Jr., 1983, pp. 134-135).

⁹ Em entrevista concedida à *Revisão*, órgão do Grêmio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, em 1967, o historiador paulista apontou a falta de condições para a luta armada no país, o que ia na contra-mão do que pensava boa parte do movimento estudantil de então. Cf. (*Secco*, 2008, p. 116).

política à qual pertenceu. Assim, tem toda a razão o seu crítico trotskista ao apontar suas convergências com o “oficialismo” comunista ou com “os nacionalistas”, com a ressalva de que, ao contrário do que pretendia Fausto, não creio que isso deva ser considerado um demérito do autor.

Aliás, indo na contra-mão de Fausto, sugeriria que, talvez, além das teses historiográficas que instruem a crítica de Caio Prado à linha política do PCB, a concepção da revolução seja sua contribuição mais interessante nesta obra. Ao diferenciar claramente revolução de insurreição e ao conceituar a segunda como um processo de mudanças profundas que poderiam ser obtidas por meio de reformas, o historiador – mesmo sem o perceber – cria uma abertura teórica para além da visão insurrecional que caracterizou a cultura política dos comunistas no Brasil. Para Gildo Marçal Brandão, essa elaboração caio-pradiana foi o auge e o limite da teorização do PCB a esse respeito (Brandão, 1997, p. 54).

Passando agora para a discussão da obra de José Carlos Mariátegui, se Caio Prado, no debate sobre o caráter da revolução brasileira, teve como interlocutor, basicamente, o PCB, o marxista peruano travou uma dupla polêmica: de um lado com o A.P.R.A e, de outro, com a Internacional Comunista. Assim, pretendo conduzir minha análise da argumentação deste autor com base nesta polêmica, isto é, reconstruindo os argumentos de Haya de La Torre, de Mariátegui e da IC, de forma análoga com o que fiz em relação ao pensamento de Caio Prado.

Todavia, antes de iniciar esta discussão, é preciso fazer uma advertência: Mariátegui nunca sistematizou suas concepções políticas ou um programa de conjunto. Em carta ao seu companheiro Moisés Arroyo Posadas, o próprio autor peruano dizia: “Trabalho também no livro que, sob o título de ‘Ideologia e Política Nacionais’, publicarei nas edições *História Nueva* de Madri. Este último livro, precisamente, conterà todo meu legado doutrinário e político. A ele, remeto tanto os que, nos *Siete Ensayos*, pretendem buscar algo que não teria porque formular em nenhum de seus capítulos – uma teoria ou um sistema políticos –, como os que, desde pontos de vista “hayistas”, me reprovam o excessivo ‘europeísmo’ ou insuficiente ‘americanismo’.” (Mariátegui, 1991, p. 139)¹⁰

Entretanto, não só o autor não o fez, como os originais desse livro se perderam e nunca foram encontrados. Diante desta perda irreparável, só resta ao estudioso reunir os

¹⁰ Não se deve confundir o livro anunciado na carta com o volume “Ideologia e Política”, das obras completas. Este é uma compilação de diversos escritos do autor feita por seus herdeiros.

elementos de um pensamento político dispersos por vários textos. Uma tal reconstrução, como não poderia deixar de ser, é muito parcial e sujeita a contestações. Mas, em que pesem essas deficiências, é o único modo de abordar as concepções de Mariátegui sobre a política revolucionária, forjadas no duplo debate com os adeptos da Ação Popular Revolucionária Americana (APRA) e a Internacional Comunista (IC).

Na nota introdutória aos *Siete Ensayos de Interpretación de La Realidad Peruana*, seu mais importante livro, Mariátegui se defende da acusação segundo a qual seria um “europeizante”. Afirma não haver saída para o Peru “fora das idéias e da técnica ocidentais”. Por fim, menciona Sarmiento, o qual, “sendo europeizante, ele também, não encontrou melhor forma de ser argentino” (*Idem*, 2008, p. 6).

A quem essas linhas eram endereçadas? A resposta pode ser encontrada se se tiver em mente que, no mesmo ano em que o autor publicava os *Siete Ensayos...*, ele rompia com seu antigo aliado Haya de La Torre e os demais seguidores do aprismo.

No *Discurso/Programa* de 1931, Haya de La Torre começa falando nas “duas economias” que caracterizariam a formação social, não apenas do Peru, mas da Indo-América em geral. De um lado, haveria um setor nacional da economia, predominantemente feudal, agrário, técnica e socialmente atrasado. O outro, estaria ligado ao mercado mundial pelo predomínio imperialista, integrado pela produção de matérias-primas e produtos semi-processados de exportação (tanto agrícolas como minerais). O grande dilema nacional estaria na polaridade entre esses dois setores econômicos, de modo que, o centro do programa Aprista residiria na superação dessa dualidade básica que cindia a sociedade peruana e a impedia de se afirmar como nação (Haya de La Torre, 2000a, pp. 172-173).¹¹

Se este era o caráter da Revolução Nacional, quais seriam seus agentes? Ou, de outro modo, sendo o aprismo a teoria e a prática dessa Revolução, quem seriam suas bases sociais?

Haya de La Torre demarca suas divergências com o marxismo de matriz leninista ao afirmar que, sendo a industrialização do Peru embrionária – restrita à mineração e a produtos semi-processados -, não haveria no país o proletariado maduro que Marx considerava a classe revolucionária. Além de muito reduzido, o operariado local seria muito jovem e não teria a possibilidade material de assumir aquele papel

¹¹ Discurso proferido em Lima em agosto de 1931, durante comício de Haya em sua campanha para Presidente da República. Embora este discurso tenha sido feito após o falecimento de Mariátegui, creio ser pertinente utilizá-lo na medida em que contém um bom resumo das concepções de Haya de La Torre.

histórico. Quanto ao campesinato, pela servidão, atraso cultural e tecnológico em que vivia, estava também impossibilitado de assumir o protagonismo político.

Assim, além das duas primeiras categorias, a base social da Revolução seria integrada também pela classe média (*Idem*, 2000b, p. 64). A massa de pequenos proprietários e “trabalhadores intelectuais” era vista por Haya como elemento fundamental dessa aliança poli-classista, pois além de ser prejudicada pelo Imperialismo, tinha as condições – ausentes entre as das primeiras classes – de exercer um papel de liderança no novo Estado.

A aliança entre operários, camponeses e a classe média formaria o pilar do “Estado Anti-Imperialista”, o qual deveria dirigir o processo de desenvolvimento capitalista autônomo do Peru. Nas palavras de Haya de La Torre: “Depois de derrubado o antigo Estado feudal, o movimento anti-imperialista organizará sua defesa, estabelecendo um novo sistema de economia, cientificamente planejada, e um novo mecanismo estatal que não poderá ser o do Estado democrático livre, mas sim o de um Estado de guerra, no qual o uso da liberdade econômica deve ser limitado para que não se exerça em benefício do imperialismo.” (*Idem*, 2000c, p. 57)

É preciso frisar aqui que, ao falar em “Estado de guerra”, o autor se refere à luta constante para controlar os interesses econômicos do capital estrangeiro e, assim, salvaguardar a soberania nacional. É nesse mesmo sentido que defende a restrição da liberdade de iniciativa econômica e o controle nacional sobre a produção (*Idem*, p. 56). No plano político, defende a adoção do que denomina como “democracia funcional”: isto é, um critério de representação política baseada nas categorias produtivas.

Em seguida, o autor diz, explicitamente, que o Estado anti-imperialista tem semelhanças com o capitalismo de Estado, praticado na Europa da Primeira Guerra Mundial. A diferença entre ambos é que, em quanto o segundo era uma medida de urgência para proteger o capital imperialista, o primeiro era a base para criar um novo sistema econômico, fundado no controle progressivo da produção pelo Estado, que beneficiaria as já mencionadas classes produtoras que compunham a base do novo regime (*Idem*, pp. 58-59).

Assim, se o líder do aprismo concordava que a América Latina vivia uma transição do feudalismo para o capitalismo, se afastava da IIIa. Internacional ao qualificar qual seria o caráter do imperialismo e, por conseguinte, da revolução anti-imperialista. Divergia, também, sobre quais seriam as forças sociais a encabeçar o processo e, portanto, sobre quais seriam as bases do partido revolucionário.

Essas divergências entre apristas e comunistas foram mantidas em segundo plano até o Congresso Mundial Anti-imperialista de Bruxelas (realizado em fevereiro de 1927), no qual as relações foram rompidas de ambos os lados. As distâncias cresciam à medida que Haya disputava com as Ligas Anti-Imperialistas (organizadas pelos comunistas) a liderança do movimento anti-imperialista na América Latina. Isso o levou a afirmar o A.P.R.A como organização continental “sem influência estrangeira” e a criticar os comunistas por aplicarem à região a linha política emanada da Europa (Montesinos, 2000, pp. 34-35).

A ruptura entre o A.P.R.A e a IC não levou, de modo imediato, a um confronto análogo entre Haya e Mariátegui. O primeiro abalo viria no início do ano seguinte, quando Haya de La Torre comunica – a partir do México e sem consultar a célula aprista do Peru – sua decisão de transformar o A.P.R.A em um partido nacionalista peruano – o Partido Nacionalista Libertador (PNL) - e lançar-se como candidato à Presidência da República.

Confrontado com essa decisão, Mariátegui a questionou em carta enviada à célula aprista do México em abril de 1928. Nela, o marxista rejeita totalmente a ideia de criar um Partido Nacionalista Peruano sem enraizamento popular, pois a considerava uma tática típica da “velha política” e estranha aos fins do movimento aprista (Mariátegui, 1991b, pp. 130-131). A ruptura se deu em maio, após a resposta de Haya, na qual este acusa Mariátegui de “europeísta” e exige que se discipline, “não com a Europa revolucionária”, mas “sim com a Indo-América revolucionária” (Quijano, 1991, p. 122)

O rompimento é publicamente confirmado no editorial do segundo aniversário da revista *Amauta*, editada por Mariátegui: “Aniversário y Balance”, publicado no número 17 de setembro de 1928. Vale à pena deter-se neste artigo pois ele explicita os elementos teóricos de fundo que nortearam a polêmica dos dois revolucionários peruanos. Tratava-se, para Mariátegui, de negar a tentativa de seu interlocutor de postular um caminho original para a revolução latino-americana, afirmando a inserção da América Latina em um processo histórico universal, pautado pelo conflito entre capitalismo imperialista e socialismo: “A mesma palavra ‘revolução’, nesta América das pequenas revoluções, se presta bastante a equívocos. (...) Temos que restituir-lhe seu sentido estrito e cabal. A Revolução Latino-americana será nada mais e nada menos que uma etapa, uma fase da Revolução Mundial. Será, simples e puramente, a Revolução Socialista” (Mariátegui, 1991a, p. 126)

Para o autor, o socialismo “pressupunha e abarcava” todos os adjetivos que podiam ser adicionados à revolução: “nacional”, “agrarista” ou “anti-imperialista” (*Idem, Ibidem*). O socialismo aparecia como única possibilidade de emancipação para a América Latina, a qual chegara tardiamente à competição internacional, numa era de “monopólios e de impérios”. No capitalismo contemporâneo, portanto, a região “só poderia ter o papel de colônia”. “Esta civilização (a ocidental) conduz, com forças e meios dos quais nenhuma dispôs anteriormente, à universalidade. Nesta ordem mundial, a Indo-América pode e deve ter individualidade e estilo, mas não uma cultura e um destino particulares.” (*Idem, p. 127*) Em suma, tomar parte no movimento histórico universal não exclui fazê-lo a partir de características e linguagem próprias. Daí a insistência do autor no caráter “original” que deveria ter o socialismo na região. Daí também a lembrança reiterada do antecedente autóctone que haveria para o socialismo moderno: o comunismo primitivo incaico (*Idem, Ibidem*).

O autor marxista tem como preocupação central pensar uma estratégia socialista que seja adequada às condições históricas específicas, não apenas de seu país, mas da Indo-América como um todo. Em outra passagem do mesmo editorial, Mariátegui afirma: “O socialismo indo-americano não deverá ser decalque nem cópia, mas sim criação heróica” (*Idem, 1991a, p. 128*) Em seguida, o texto vincula essa originalidade, no caso peruano, ao potencial, para a futura organização de uma economia socialista no país, do *ayllú* (comunidade camponesa do altiplano andino) e dos hábitos coletivistas dos índios quéchua.

Se Haya de La Torre apontava o particularismo da realidade latino-americana para negar validade ao universalismo da teoria marxista, Mariátegui procura conciliar as pretensões universalizantes do método materialista com a particularidade da situação latino-americana. De um lado, o líder aprista – reivindicando a originalidade da realidade do sub-continente – afirmava a necessidade de um caminho próprio para a revolução na América Latina e, de outro, Mariátegui apontava a inserção da região no quadro do desenvolvimento histórico universal para defender, mesmo que reconhecendo suas especificidades, a vinculação entre a revolução latino-americana e a revolução socialista mundial.

É justamente essa diferença teórica de fundo que instrui suas discrepâncias em relação ao caráter do imperialismo na região, a constituição e papel político das classes sociais, bem como ao programa revolucionário a ser seguido. Como afirma Quijano, a polêmica entre os dois delinea as duas correntes que irão, nas próximas décadas,

disputar a hegemonia do movimento revolucionário do Peru: de um lado, a nacionalista-democrática e, de outro, a socialista-marxista (Quijano, 1991, p. 122). Mais do que isso, como lembra Patrícia Funes, essa polêmica entre Haya e Mariátegui antecipa, em grande medida, os termos em que se dará o debate, nas décadas seguintes, entre nacional-populistas vs. comunistas e entre adeptos da CEPAL vs. adeptos da Teoria da Dependência (Funes, 2006, pp. 245-246).

Embora tanto Haya de La Torre quanto Mariátegui se reportem à nação e ao nacionalismo, eles o fizeram de modo distinto. Se o primeiro, como ficou claro acima, defendia a construção da nação por meio de um “capitalismo de Estado” com base em um arranjo poli-classista, o segundo sustentava que a autonomia nacional só poderia se dar com a ruptura com o capitalismo. Nesse sentido, afirma no segundo dos *Sete Ensaíos...*: “Neste instante de nossa história, não há como ser nacionalista e revolucionário sem ser socialista (Mariátegui, 2008, p.28) Assim, onde Haya de La Torre procura distinguir, ou opor, nacionalismo e socialismo, seu interlocutor tenta unilos. Cerca de um ano antes do rompimento com o líder do A.P.R.A, no segundo artigo de uma polêmica com Luis Alberto Sánchez – quem, diga-se de passagem, após 1931, se filiará ao aprismo – Mariátegui precisa esse raciocínio: “O nacionalismo das nações européias, onde nacionalismo e conservadorismo se identificam e se consubstanciam, se propõe fins imperialistas, sendo reacionário e anti-socialista. Mas o nacionalismo dos povos coloniais, (...) tem uma origem e um impulso totalmente diversos. Nesses povos o nacionalismo é revolucionário e, portanto, concluí-se no socialismo. Nesses povos a idéia da nação não cumpriu ainda sua trajetória nem esgotou sua missão histórica” (*Idem*, 1995b, p. 250)¹²

Dessa maneira, Mariátegui não acreditava que os problemas nacionais pudessem ter uma solução burguesa e liberal. Sem dúvida que os problemas fundamentais do Peru eram problemas de uma revolução burguesa: emancipação nacional, reforma agrária, integração social e política da massa popular, sem as quais não poderia haver nação sólida. Contudo, uma burguesia retardatária e formada pela associação entre o imperialismo e o latifúndio seria historicamente incapaz de levar a cabo as tarefas que suas congêneres haviam cumprido alhures.

A missão histórica de completar o processo de formação da nação caberia a uma aliança entre o nascente proletariado industrial e o campesinato indígena, a qual levaria a cabo uma revolução de caráter socialista. Se a liderança revolucionária caberia aos

¹² Publicado em *Amauta*, no. 7, março de 1927.

operários, os indígenas seriam a base social sem a qual nenhuma revolução poderia triunfar, tendo em vista as condições peruanas.

Aqui, estou de acordo com Aricó, quem vê aí a tentativa de Mariátegui de “traduzir” para as condições históricas peruanas a estratégia de Lênin para a Revolução Russa. (Aricó, 1978, p. XLVIII). A posição aprista frente à pretensão mariateguiana de pensar um caminho socialista para o Peru e a América Latina pode ser bem sintetizada pelo artigo do dirigente aprista Carlos Manuel Cox. Para ele, no que tange à interpretação marxista da realidade peruana, Mariátegui e o aprismo estão de acordo. A divergência surgiria, segundo ele, no adjetivo (Cox, 1978, p. 4).¹³ O problema do autor dos *Siete Ensayos*, segundo o companheiro de Haya de La Torre, seria seu excessivo “intelectualismo”, que o levaria a desconhecer as necessidades próprias à ação política.

Desse modo, Mariátegui teria se deixado levar pelo impacto de sua experiência na Europa – à qual soubera analisar de modo acurado – e “imaginado” para o Peru e para a Indo-América um proletariado revolucionário que, na realidade, não existiria. Assim, termina julgando o legado mariateguiano com uma paráfrase de Ortega y Gasset: “tens razão em tudo o que negas, mas te equivocas em muito do que afirmas” (*Idem*, p. 8)

Cox recolhe de Haya o tema da adequação da teoria à realidade e do “europeísmo” de Mariátegui, ao mesmo tempo que procura reivindicar para o A.P.R.A seu legado como intérprete da realidade peruana. Como se depreende da análise feita acima, o juízo de Cox, de que a discordância seria somente “adjetiva”, é errôneo. Seu próprio artigo deixa isso claro ao afirmar que a visão europeizante e intelectualista de Mariátegui o teria impedido de discernir as diferenças na estrutura social entre a Europa e a América Latina (*Idem*, p. 7).

Há, todavia, um aspecto interessante e acertado do texto do dirigente aprista: sua afirmação da divergência de Mariátegui com relação à III. Internacional. Embora se equivocando em fatos e datas, Cox aponta que o Partido Socialista de Mariátegui, embora pretendesse filiação à IC, foi rejeitado pela mesma por seu “revisionismo” (*Idem*, pp. 7-8). É, justamente, para essa outra polêmica que me voltarei agora.

Após a ruptura com Haya, o Grupo de Lima – formado por intelectuais e sindicalistas reunidos em torno de Mariátegui e de *Amauta* -, se lança à organização do Partido Socialista do Peru, fundado em 26 de setembro de 1928 e tendo Mariátegui como seu secretário-geral. Encarregado, pelo Comitê Organizador do partido, para

¹³ Publicado em *Claridad*, No. 279, Buenos Aires, julho de 1930.

redigir uma declaração de princípios, José Carlos Mariátegui afirma, em clara continuação da polêmica com Haya: “O Partido Socialista do Peru adapta sua prática às circunstâncias concretas do país, mas obedece à uma ampla visão de classe em que as mesmas circunstâncias nacionais estão subordinadas ao ritmo da história mundial”(Mariátegui, 1991i, p. 153) Mais adiante, ao caracterizar a etapa imperialista do capitalismo, sustenta: “A práxis do socialismo neste período é a do marxismo-leninismo. O marxismo-leninismo é o método revolucionário da etapa imperialista e dos monopólios” (*Idem*, p. 154)

Desse modo, ao se distanciar do A.P.R.A., o Grupo de Lima, reivindicava sua filiação à III. Internacional ao afirmar sua adesão ao marxismo-leninismo: isto é, ao marxismo de matriz comunista. Contudo, as relações de Mariátegui com a IC não eram tranquilas. Este tema é um tópico controverso que divide os intérpretes de sua obra. Alguns – como Jorge Del Prado e Jorge Falcón -, de orientação comunista, sustentam que as discrepâncias foram secundárias ou de menor importância (Del Prado, 1978, pp. 84-86) e (Falcón, 1985, pp. 26-28). Já outros, como Quijano, Alberto Flores Galindo, Aricó e Antonio Melis, adotam o ponto de vista oposto: o de que Mariátegui e a IC tinham divergências de fundo que teriam levado o marxista peruano ao isolamento, tanto no movimento comunista latino-americano, quanto em seu próprio partido.

Mesmo sendo inegável que Mariátegui tenha sido parte da tradição política comunista, isso não deve obscurecer o caráter heterodoxo de seu pensamento, o qual recebeu reprovações explícitas dos representantes do *Comintern*. Para demonstrá-lo, é fundamental retornar à trajetória e aos termos do debate do peruano com a ortodoxia. Pouco antes do enfrentamento entre Mariátegui e Haya de La Torre, os representantes do *Comintern* na América Latina vinham exortando Mariátegui a romper com Haya e a fundar um Partido Comunista no Peru.¹⁴

As razões para evitar – em 1927 – a ruptura com a A.P.R.A são dadas pelo próprio Mariátegui. Desde seu regresso da Europa, em 1923, pretendia fundar um partido operário de orientação socialista (Mariátegui, 1995a, p. 202). Todavia, sabia que o movimento operário e popular do Peru ainda estava em seus inícios: tendo feito sua primeira aparição mais importante nas greves e manifestações estudantis de 1918-1919. Nessas condições, viu na fundação do A.P.R.A a criação de uma frente única capaz de aglutinar os intelectuais radicais e os operários. Foi nesse mesmo espírito que fundou,

¹⁴ Na Conferência da Internacional Sindical Vermelha de fins de 1927, para a qual Mariátegui enviou Julio Portocarrero e Armando Bazán, o dirigente comunista Losowsky já exortava os delegados peruanos a romper com o A.P.R.A e fundar em seu país um Partido Comunista. Cf. (Quijano, 10991, p. 197).

em 1926, a revista *Amauta*: “(...) como órgão deste movimento, como tribuna de definição ideológica (...)” (*Idem, Ibidem*).

Assim, o jornalista e militante peruano, coerentemente com essa linha política, não acreditava haver as condições para fundar, em seu país, um Partido Comunista que pudesse ter enraizamento social. A transformação, no ano seguinte, do movimento aprista de frente única em partido político, obrigou-o a adiantar seus planos e fundar, com os membros do “Grupo de Lima”, o Partido Socialista do Peru (*Idem, p. 203*).

Consumada a ruptura e fundado o novo partido, nem por isso as relações se tornaram harmônicas. Tais divergências se aprofundariam e ficariam mais claras na 1ª Conferência Comunista Latino-americana, realizada em Buenos Aires em junho do ano seguinte. Mariátegui redigiu duas teses para o evento: “Punto de Vista Anti-imperialista” e “El Problema de Las Razas en América Latina”. Por motivos de saúde, o secretário-geral do PSP não pode comparecer à conferência, sendo o médico Hugo Pesce e o sindicalista Julio Portocarrero os delegados peruanos. Na tese sobre o problema racial, seu autor vinculava o potencial revolucionário dos indígenas à sua condição de camponeses (*Idem, 1991e, pp. 216-218*). Nesse sentido, a “questão indígena” se resolveria com o acesso à terra e não, como sustentavam os documentos da IC, com a concessão aos indígenas do Direito de Auto-determinação: isto é, do direito de constituírem seus próprios Estados.¹⁵

Mas, no que tange ao problema indígena, a principal crítica da ortodoxia comunista a Mariátegui ficou por conta de sua defesa de que o *Ayllú* pudesse ser aproveitado como germe de uma economia socialista autóctone. Essa tese indigenista – mesmo que acompanhada da afirmação de que não se tratava de uma defesa da volta ao passado – foi considerada como sendo “populista”, no sentido do populismo russo. O mais conhecido porta-voz dessa leitura de Mariátegui foi o especialista soviético em América Latina: V. M. Miroshvsky. Segundo ele: “Mariátegui acreditava que o Peru marcharia para a Revolução por um caminho próprio, por um caminho especial. Considerava os camponeses indígenas peruanos como “coletivistas naturais”, acreditava que estes realizariam a revolução socialista independentemente, sem o proletariado revolucionário” (Miroshvsky, 1978, p. 58).

¹⁵ Nesse tocante, diante das ponderações de Pesce de que a auto-determinação dos indígenas era algo alheio à realidade concreta, o representante do Secretariado da IC, Stepanov, admitiu que o problema indígena era complexo e que, talvez, a consigna mais adequada fosse a luta pela terra. Apesar disso, a maioria dos representantes da IC se mantiveram fiéis à reivindicação da auto-determinação. Cf. (Quijano, 1991, p. 199).

Como se pode depreender da análise, feita até aqui, da obra mariáteguiana, a afirmação do autor soviético de que o peruano defendia uma revolução camponesa sem o proletariado é inteiramente equivocada. As analogias que Miroshvsky vê entre Mariátegui e os *narodniks* não são, a meu ver, inteiramente desprovidas de razão. O problema é estigmatizá-las como “socialismo pequeno-burguês” (*Idem*, p. 69). Merece destaque, a esse propósito, a menção que Miroshvsky faz ao “caminho próprio” defendido por Mariátegui. Para a ortodoxia soviética, como se verá adiante, era justamente a idéia de um caminho próprio ao socialismo que parecia inaceitável.

No que tange à outra grande polêmica – a do imperialismo – as referências ao debate com Haya mostraram como Mariátegui, embora centrando fogo nas concepções aprietas, critica também a visão da IC de que as burguesias nacionais teriam interesses contrários aos do capital financeiro internacional.

Por fim, entre as polêmicas que opuseram o SSAIC e os representantes peruanos esteve a do caráter do novo partido. A nova agremiação não assumira a forma de um Partido Comunista, o que foi expresso na adoção do nome “socialista”, de caráter mais genérico. No manifesto de fundação, acima citado, se diz: “De acordo com as condições concretas atuais do Peru, o comitê concorrerá à organização de um partido socialista, baseado nas massas operárias e camponesas organizadas” (Mariátegui, 1991g, p. 157)

Segundo Leila Escursim, a questão do nome do partido era secundária, já que a organização adotava expressamente a ideologia “marxista-leninista” e buscava filiação à IC, sendo, na prática, um partido comunista (Escursim, 2005, pp. 275-276).¹⁶ Não creio que isso seja acurado. Em primeiro lugar, Mariátegui sabia muito bem que a denominação “comunista” era uma das 21 condições que os Estatutos da Internacional exigiam para a filiação de um partido. Além disso, segundo Galindo, os representantes da IC, Codovilla à frente, foram incisivos ao criticar a denominação da organização. É sabido como o nome “socialista” tinha então para os comunistas uma conotação pejorativa, associada ao reformismo.

Ora, porque Mariátegui, um intelectual assumidamente revolucionário e simpático ao *comintern*, preferira essa denominação? Para entender suas razões, deve-se atentar para o começo e o fim da citação anterior. A prioridade do marxista peruano era a de fundar um partido que estivesse “em acordo com as condições do Peru” e que fosse “inserido no movimento das massas populares”. Ou seja, nas “condições

¹⁶ Embora com uma análise cuidadosa e sem a linguagem panfletária das passagens citadas de Del Prado e Falcón, a autora brasileira se aproxima, nesse tocante, às posições destes últimos.

concretas” do país, um Partido Comunista exclusivamente operário, como queria a IC, seria, na visão mariáteguiana, algo deslocado e inviável. Daí a opção por adotar o nome mais genérico de “socialista”.

Além do nome, os dirigentes da IC questionavam a composição de classe do PSP. Como se viu acima, em seu manifesto de criação o partido se dizia “baseado nas massas operárias e camponesas”, além disso, o mesmo texto declarava: “A organização sindical e o Partido Socialista, por cuja formação trabalharemos, aceitarão contingentemente uma tática de frente única ou aliança com organizações ou grupos da pequena-burguesia, sempre que estes representem um movimento de massas e com objetivos e reivindicações concretamente determinadas” (Mariátegui, 1991g, p. 158)¹⁷

Naquele período, todavia, a IC, já sob hegemonia stalinista e tendo adotado – em seu VI. Congresso (1928) – a linha de “classe contra classe”, estava empenhada em “proletarizar” os PCs, combatendo, em especial, os quadros intelectuais de origem pequeno-burguesa, tidos como “vacilantes”. Assim, homens como Codovilla consideravam o PSP uma organização demasiado aberta e flexível, o que não correspondia a seus padrões de disciplina revolucionária. Com isso, se pode compreender o que estava por trás da polêmica em relação ao nome e caráter do PSP: a IC temia a excessiva independência da nova organização e de seu principal dirigente, preferindo o alinhamento automático com suas decisões.

Se Mariátegui parte, para o emprego do materialismo histórico, da análise de situações concretas, os membros mais ortodoxos da Internacional aplicavam os conceitos e categorias do marxismo-leninismo à qualquer situação histórico-social, sem respeito por suas singularidades.¹⁸ Essa imposição de modelos *a priori* à realidades estranhas aos mesmos poderia ser descrita como “cosmopolita”, sendo o exato oposto do “localismo” de Haya de La Torre. Sua forma mais acabada e extrema pode ser encontrada na resposta que o Secretário Sul-americano da IC, o argentino Vittorio Codovilla, deu aos delegados do PSP quando estes lhe presentearam com um exemplar dos *Sete Ensaios...* de Mariátegui. O secretário do SSAIC desdenhou publicamente o livro, considerando-o uma obra de pouca relevância. Em primeiro lugar, Codovilla objetava ao emprego da forma “ensaio”, por considerá-la própria de autores liberais ou conservadores, além de sugerir um trabalho inacabado ou não científico (Galindo, 1994,

¹⁷ Por essa declaração vê-se como, apesar de ter rompido com Haya, Mariátegui não queria afastar a possibilidade de alianças ou convergências futuras.

¹⁸ Assim, creio ser supérfluo indagar se Mariátegui foi ou não um leninista. Não era o reconhecimento da autoridade teórica e política de Lênin que o distanciava da IC, mas sim sua maneira de empregar o marxismo. Cf. (Aricó, 1978, pp. XX-XXII)..

pp. 407-408). A outra objeção dizia respeito ao termo “realidade peruana”. Quanto a este último, o comunista argentino fulminou: “realidade peruana, isso não existe.” (*Idem*, p. 408).

A tarefa, proposta por Mariátegui de inserir-se no âmbito do movimento comunista internacional e, ao mesmo tempo, manter uma linha política independente – calcada numa apreensão da especificidade peruana – era, sem dúvida uma tarefa muito difícil, não sendo possível, nos limites deste trabalho, afirmar se haveria então condições para realizá-la. Seja como for, após a prematura morte de Mariátegui, em 1930, seu partido, sob a direção de Eudócio Ravinez, iria submeter-se integralmente às exigências da IC. Mesmo que não se possa sustentar que tal submissão seja a única responsável pela derrota dos comunistas frente ao A.P.R.A, na disputa pela hegemonia do movimento popular no Peru, uma linha política autônoma, sem dúvida, fez falta.

Discutidas as respectivas concepções do processo revolucionário e as polêmicas que, a esse respeito, foram travadas pelos autores, passo agora a examinar as discrepâncias e convergências entre Caio Prado e Mariátegui. Enquanto o peruano afirmava o caráter socialista da revolução, o brasileiro defendia uma revolução definida segundo suas tarefas históricas, que avançasse por meio de reformas sucessivas. Isso não significa que o peruano desconhecesse o caráter processual e de longo prazo da revolução ou que o brasileiro não tivesse o socialismo por objetivo. O que se quer dizer é que, enquanto o primeiro acreditava na necessidade de uma ruptura mais drástica, o segundo defendia um caminho mais gradualista.

Aqui, a diferença se explica, em grande parte, por razões históricas. Mariátegui, é bom lembrar, viveu na Europa, principalmente na Itália, durante a onda revolucionária que se seguiu à Revolução de 1917 (1919-1923), tendo sido particularmente influenciado pela experiência das agitações operárias do norte da Itália, no que ficou conhecido como “biênio vermelho” (1919-1920), pela fundação do Partido Comunista Italiano (1921) e pela reação fascista (Paris, 1980, pp. 100-121). Além disso, militou em um movimento comunista internacional que, embora com importantes mudanças de estratégia política ao longo da década de 20, acreditava na proximidade da revolução mundial.

Já Caio Prado, embora tenha sido formado na mesma matriz política, militou em um período mais longo, que vai dos anos 1930 aos 1960. Nesse período, em especial após a dissolução do Comintern (1943) e no pós-Segunda Guerra, os PCs alinhados com a URSS foram adotando – em virtude da Guerra Fria e da estabilização do capitalismo

mundial - uma linha mais defensiva e, não sem oscilações, tendente à integração nos sistemas políticos nacionais.

Mas, talvez se possa aventar uma explicação complementar, calcada na diferença dos contextos nacionais. O Peru dos anos 20, além da ditadura pessoal de Augusto B. Leguía, caracterizava-se ainda por uma ordem social oligárquica e uma rígida estratificação que seguia linhas étnicas (com a exclusão da massa indígena), ao passo que o Brasil – entre 1930 e 1964 – viveu um processo de incorporação, ainda que subordinada, das classes trabalhadoras urbanas na política. Assim, se no Peru da década de 20 seria difícil crer em transformações por meio de reformas, no Brasil, especialmente entre o pós-guerra e o golpe de 64, esse era um caminho plausível.

Portanto, acredito ser pertinente a caracterização da sociedade brasileira como sendo mais “ocidental”, ao passo que a peruana seria mais “oriental”, no sentido gramsciano. Seguindo as sugestões de Gramsci, ao primeiro caso seria mais adequada uma estratégia de “guerra de posição”, ou seja, de disputa prolongada na sociedade civil, enquanto que ao segundo caso seria mais propícia à estratégia de “guerra de movimento”, isto é, o assalto direto ao poder (Gramsci, 2002, pp. 71-72). Embora nenhum dos dois autores trabalhe com essas categorias, é notável que os modos pelos quais ambos pensaram a revolução se aproximam das duas linhas estratégicas pensadas pelo marxista italiano.

Outra discrepância entre os autores diz respeito a distinta articulação entre a leitura que ambos tinham dos processos históricos mais gerais e a análise das conjunturas políticas. Uma das críticas mais contundentes feita, tanto por Assis Tavares, quanto por Ruy Fausto, a Caio Prado é a de sua incompreensão das exigências da análise e da ação políticas. Aqui talvez caiba a adjetivação de “economicismo”. Não que suas teses historiográficas fossem economicistas, o que não creio que tenham sido. Emprego o termo “economicismo” segundo a acepção dada por Gramsci: isto é, a dificuldade de distinguir entre os processos estruturais de longo prazo e o acontecer conjuntural, tendendo-se a reduzir um ao outro (Gramsci, 2002, pp. 37-38).

O historiador brasileiro procurou derivar de sua concepção do processo de formação da sociedade brasileira um programa alternativo ao do PC, mas sem levar em consideração a necessária mediação das conjunturas políticas. Suas propostas programáticas, além de vagas e gerais, permaneceram nos limites da cultura política comunista de então. Assim, talvez se explique porque, em que pesem inovações teóricas para os padrões da esquerda brasileira de seu tempo, como sua conceituação de

revolução, Caio Prado não tenha logrado pensar uma alternativa política à altura de sua contribuição como historiador.

Curiosamente, uma acusação similar foi feita, tanto por Haya de La Torre, quanto por Codovilla, à Mariátegui: a de ser um intelectual insensível às exigências da ação política (Galindo, 1994, p. 480). Essa me parece ser, contudo, uma visão equivocada sobre o marxista peruano. Se se observar sua conduta durante e após a ruptura com Haya, ver-se-á como Mariátegui foi mais capaz que Caio Prado de articular suas concepções à ação política. A própria fundação do PSP, que não estava em seus planos mais imediatos antes do confronto com o aprismo, foi uma tentativa de criar uma organização, ao mesmo tempo inserida na órbita da IC e enraizada nas condições concretas do país (*Idem*, p. 474). Como se viu acima, as condições para levar essa tarefa à cabo eram muito difíceis. Não é possível saber como o autor dos *Siete Ensayos...* teria se comportado se não tivesse falecido tão prematuramente. Mas o fato é que, inegavelmente, Mariátegui procurou unir – e, em grande medida, conseguiu – seu pensamento a uma prática política que respondesse às exigências do momento.

Possivelmente, a raiz dessa discrepância entre os dois autores esteja em uma diferença em suas trajetórias políticas. Enquanto Caio Prado aderiu a um partido já constituído e cuja direção não valorizava muito o trabalho intelectual, Mariátegui não encontrou em seu país nenhum partido de esquerda formado, colocando-se para ele próprio, na condição de liderança intelectual marxista, a tarefa de fundá-lo.

Em suas respectivas empreitadas político-intelectuais, Mariátegui e Prado Jr. enfrentaram, não apenas o dogmatismo e rigidez do *Comintern* ou do PCB, mas também a concorrência de outros agentes políticos: os movimentos nacional-populares. No caso do Peru, tratava-se do aprismo e, no do Brasil, o trabalhismo varguista¹⁹.

Outra diferença crucial é que Mariátegui foi interlocutor privilegiado de Haya, primeiro na condição de aliado, depois, na de adversário. Já Prado Jr., como, na maior parte do tempo, não ocupou posições políticas de relevo, não teve um debate direto com os nacional-populares. Sua interlocução foi com a opção de seu partido, a partir da segunda metade dos anos 50, de aliar-se ao trabalhismo varguista. Além disso, este

¹⁹ Não se pretende, nos limites deste estudo, fornecer uma definição do que sejam os movimentos nacional-populares latino-americanos, tema já tratado por uma extensa bibliografia. Cabe assinalar, todavia, as diferenças mais óbvias entre os dois tipos de movimentos nacional-populares. Enquanto Haya de La Torre encabeçava um partido de esquerda, fortemente enraizado nas massas e que nunca, durante a vida de seu líder, conseguiu chegar ao poder, o getulismo não se expressou por meio de um único partido ao longo do tempo e iniciou-se, justamente, a partir do aparelho de Estado. São pois fenômenos muito diversos, que respondem a experiências históricas igualmente distintas.

último não encontra um único líder político e elaborador teórico da envergadura de um Haya de La Torre. Expressões intelectuais que, como as do ISEB, podem ser consideradas como “nacional-populares”, o são de modo indireto, já que seus teóricos não encabeçavam – como o fez Haya – um movimento social com expressão partidária.

As caracterizações que ambos fizeram dos movimentos nacional-populares, embora acompanhem as diferenças de tempo e lugar, possuem alguns traços comuns. Mariátegui sequer utilizava o termo “populismo”, o qual ainda não ganhara o sentido que teria no vocabulário político latino-americano.²⁰ Conforme se discutiu anteriormente, o marxista peruano considerava o aprismo um movimento “nacionalista pequeno-burguês”, com a confusão ideológica que caracterizaria essa classe social, tornando-a politicamente insequente. Outro traço que reprovava no aprismo era seu “personalismo” em torno de Haya que, como sustentou nas cartas à célula aprista do México, lembrava aspectos da “velha política *criolla*”.

O “personalismo” e a ausência de definição ideológica também marcam a caracterização feita por Caio Prado, o qual emprega explicitamente a palavra “populismo”. Para ele este último resultava da combinação da democratização da vida política brasileira e da expansão da máquina estatal – a qual oferecia novas possibilidades de colocação para a classe média – que se desenvolveram a partir da Revolução de 1930 e da “Era Vargas”. Para o autor: “Resultaram daí essas formações e correntes políticas genericamente conhecidas como populismo e que nada mais constituiriam de fato, apesar de suas aparências e designações, que um sistema de interesses personalistas mantidos à custa de favores do Estado e apoiados na força ascensional, dentro das instituições brasileiras, das camadas e forças populares” (Prado Jr., 1960, pp. 3-4) Embora reconhecesse o papel dos movimentos nacional-populares como canal de participação dos trabalhadores, essas palavras deixam claro o viés negativo com que o historiador paulista analisava o fenômeno, o que, aliás, coincide com as apreciações de Mariátegui com relação ao aprismo após a ruptura com Haya.

As leituras do peruano e do brasileiro – centradas na ambigüidade ideológica, no personalismo e na heterogeneidade social – dão bem a tônica da maioria das avaliações marxistas sobre os movimentos nacional-populares latino-americanos. Nota-se, em ambos autores, uma visão “societária” da política: isto é, uma leitura do Estado como sendo determinado pela sociedade civil. Tal concepção, segundo o gramsciano argentino

²⁰ No Movimento Comunista do final dos anos 20, a palavra “populismo” ainda remetia ao sentido russo, isto é, designava os *narodniks*, revolucionários russos não-marxistas do século XIX.

Juan Carlos Portantiero, teria dificultado ao marxismo latino-americano o entendimento da importância do Estado para as massas populares do sub-continente e, daí, sua incompreensão dos fenômenos nacional-populares (Portantiero, 1987, p. 58). Dessa maneira, a filiação comum ao marxismo de matriz comunista teria cobrado seu preço aos dois intelectuais no que toca à sua capacidade de interpretar a política em seus contextos nacionais.

Todavia, apesar de eventuais limitações, creio ser inegável que Caio Prado e Mariátegui procuraram pensar um programa de ação política calcado numa análise das condições concretas de suas respectivas sociedades. Ambos propuseram, como se pôde constatar ao longo do texto, a incompletude da formação de suas nações como eixo articulador dos programas revolucionários que defendiam.

Assim, se está diante daquela problemática proposta por Eric Hobsbawm, ao tratar da história dos PCs: a do difícil casamento entre uma forma de ação revolucionária internacional – o bolchevismo – e as tradições de uma esquerda nacional. As obras do brasileiro e do peruano são tentativas de responder a esse desafio, ao partirem de uma matriz leninista para propor uma estratégia revolucionária adequada aos contextos nacionais

Bibliografia

Aricó, José. 1978. “Introducción”. In. *Idem.* (org.). *Mariátegui y Los Orígenes Del Marxismo Latino-Americano*. México D. F.: Pasado y Presente.

_____. 1987. “O Marxismo Latino-Americano nos Anos da III. Internacional”. In. Hobsbawm, Eric J. (org.). *História do Marxismo. Vol. VIII*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Brandão, Gildo Marçal. 1997. *A Esquerda Positiva: As Duas Almas do Partido Comunista (1920-1964)*. São Paulo: Hucitec.

Coutinho, Carlos Nelson. 1989. “Uma Via ‘Não-Clássica’ Para O Capitalismo”. In. Dincaio, Maria Ângela (org.). *História e Ideal: Ensaio Sobre Caio Prado Jr.* São Paulo: Brasiliense-Ed. UNESP.

Cox, Carlos Manuel. 1978. “Reflexiones Sobre Mariátegui”. In. Aricó, José (org.). *Mariátegui y Los Orígenes Del Marxismo Latino-Americano*. México D. F.: Pasado y Presente.

Del Prado, Jorge. 1978. “Mariátegui, Marxista-Leninista Fundador Del Partido Comunista Del Peru”. In. Aricó, José (org.). *Mariátegui y Los Orígenes Del Marxismo Latino-Americano*. México d. F.: Pasado y Presente.

- Escursim, Leila. 2005. *Mariátegui: Vida e Obra*. São Paulo: Expressão Popular.
- Falcón, Jorge. 1985. *Anatomia de Los Siete Ensayos de Interpretación de La Realidad Peruana*. Lima: Amauta.
- Fausto, Ruy. 1967. “A Revolução Brasileira de Caio Prado Jr.”. In. *Teoria e Prática*, Vol. 1, No. 2.
- Funes, Patricia. 2006. *Salvar La Nación: Intelectuales, Cultura e Política Em Los Años Viente Latino-Americanos*. Buenos Aires: Prometeo Libros.
- Galindo, Alberto Flores e Burga, Manuel. 1994. *Apogeu y Crisis de La República Aristocrática*. In. *Idem. Obras Completas*. Lima: Fundación Andina.
- _____. 1994. *La Agonia de Mariátegui: La Polemica Com La Comintern*. In. *Idem. Obras Completas*. Lima: Fundación Andina.
- Gramsci, Antonio. 2002. *Cadernos do Cárcere*. Vols III. E V. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Haya de La Torre, Victor Raúl. 2000. “Discurso/Programa”. In. *Idem. Haya de La Torre O La Política Como Missión Civilizadora, Estudio Introductorio e notas de Jorge Nieto Montesinos*. México D. F.: Fondo de Cultura Económica.
- _____. 2000. “El Aprismo és Uma Doctrina Completa y Um Método de Acción Realista”. In. *Idem. Haya de La Torre o La Política Como Mission Civilizadora*. México D. F.: Fondo de Cultura Económica.
- _____. 2000. “El Estado Anti-Imperialista”. In. *Idem. Haya de La Torre O La Política Como Missión Civilizadora*. México D. F.: Fondo de Cultura Económica.
- Hobsbawn, Eric J. 2003. *Revolucionários: Ensaio Contemporâneos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Kaysel, André. 2010. *Dois Encontros Entre O Marxismo e A América Latina*. Dissertação de Mestrado: FFLCH-USP.
- _____. 2011. “Imperialismo e Burguesia Nacional nas Obras de Caio Prado Jr. e José Carlos Mariátegui”. In. Pinheiro, Milton (org.). *Caio Prado Jr.: História e Sociedade*. São Paulo: Quarteto/Uneb/Instituto Caio Prado Jr.
- Mariátegui, José Carlos. 1991^a. “Aniversário y Balance”. In. Quijano, Aníbal (org.). *Textos Básicos*. México D. F.: Fondo de Cultura Económica.
- _____. 1995^a. “Antecedentes y Desarrollo de La Acción Classista em El Peru”. In. *Idem. Mariátegui Total*. Lima: Amauta.
- _____. 1991^b. *Carta à Célula Aprista do México*. In. Quijano, Aníbal (org.). *Textos Básicos*. México D. F.: Fondo de Cultura Económica.

_____. 1991c. *Carta do Grupo de Lima a Célula Aprista do México*, In. Quijano, Aníbal (org.): *Textos Básicos*, México D. F., FCE, 1991

_____. 1991d. *Carta a Moisés Aroyo Posadas*. In. Quijano, Aníbal (org.). *Textos Básicos*. México D. F.: Fondo de Cultura Econômica.

_____. 1991e. "El Problema de Las Razas em América Latina". In. Quijano, Aníbal (org.). *Textos Básicos*. México D. F.: Fondo de Cultura Econômica.

_____. 1991f. "Punto de Vista Anti-Imperialista". In. Quijano, Aníbal (org.). *Textos Básicos*. México D. F.: Fondo de Cultura Econômica.

_____. 1991g. "Principios programáticos del Partido Socialista Peruano" In. Quijano, Aníbal (org.). *Textos Básicos*. México D. F.: Fondo de Cultura Econômica.

_____. 1995b. "Réplica a Luís Alberto Sánchez". In. *Idem. Mariátegui Total*. Lima: Amauta.

_____. 2008. *Siete Ensayos de Interpretación de La Realidad Peruana*. Estudo Introdutório e Notas de Aníbal Quijano. Caracas: Biblioteca Ayacucho.

Melis, Antonio. 1978. "Mariátegui: Primer Marxista de América". In. Aricó, José (org.). *Mariátegui y Los Orígenes Del Marxismo Latino-Americano*. México D. F.: Pasado y Presente.

Mirochevsky, V. M. 1978. "El Populismo em El Peru: Contribución de Mariátegui AL Pensamiento Social em América Latina". In. Aricó, José (org.). *Mariátegui y Los Orígenes del MMarxismo Latino-Americano*. México D. F.: Pasado y Presente.

Montesinos, Jorge Nieto. 1978. "Estúdio Introdutorio". In. Haya de La Torre, Victor Raúl. *Haya de La Torre o La Política Como Missión Civilizadora*. México D. F.: Fondo de Cultura Econômica.

Novais, Fernando Antônio. 1983. "Caio Prado Jr. na Historiografia Brasileira". In. Antunes, Ricardo, Moraes, Reginaldo e Ferrante, Vera (orgs.). *Inteligência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense.

Paris, Robert. 1980. *La Formación Ideológica de José Carlos Mariátegui*. México D. F.: Pasado y Presente.

Portantiero, Juan Carlos. 1985. "O 'Nacional-Popular': Gramsci em Chave Latino-Americana". In. Coutinho, Carlos Nelson e Nogueira, Marco Aurélio (org.). *Gramsci e A América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Prado Jr., Caio. 2000. *A Questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.

_____. 1966. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense.

_____. 1960. "As Eleições de 3 de Outubro". In. *Revista Brasiliense*. Vol. 6, No. 32.

_____. 1954. *Diretrizes Para Uma Política Econômica Brasileira*. São Paulo: Gráfica Urupês.

_____. 1957. *Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)*. São Paulo: Brasiliense.

_____. 2007. “Fundamentos Econômicos da Revolução Brasileira”. In. Santos, Raymundo (org.). *Dissertações Sobre A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense-Fundação Astrojildo Pereira.

_____. 2002. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense.

_____. 1983. “O Programa da ANL”. In. *Revista Escrita Ensaio*, Vol. 4, No. 10.

_____. 2007. “Perspectivas da Política Progressista e Popular Brasileira”. In. Santos, Raymundo (org.). *Dissertações Sobre A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense-Fundação Astrojildo Pereira.

Ricupero, Bernardo. 2000. *Caio Prado Jr. e A Nacionalização do Marxismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, Departamento de Ciência Política da USP, FAPESP.

Santos, Raymundo. 2007. “Opinião Pública e Partidos Políticos em]Algumas Análises de Conjuntura de Caio Prado Jr.”. In. Moraes, João Quartim de e Del Roio, Marcos (org.). *História do Marxismo no Brasil*, Vol. IV.. Campinas: Editora da Unicamp.

Secco. 2008. *Caio Prado Jr.: O Sentido da Revolução*. São Paulo: Boitempo.

Tavares, Assis. 1967“Caio Prado Jr. e A Teoria da Revolução Brasileira”. In. *Encontros Com A Civilização Brasileira*. No. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira..